



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

(Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública no âmbito dessa Comissão, para discutir a Reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a valorização dos (as) servidores (as).

Senhor Presidente,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito dessa Comissão, para discutir a reestruturação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a valorização dos (as) servidores (as). Para tanto, solicitamos sejam convidados (as):

- I) Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto;
- II) Presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Vagner Freitas de Moraes;
- III) Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, Carlos Mário Guedes de Guedes;
- IV) Ministra de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior.

JUSTIFICATIVA

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia do Governo Federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criada a partir do decreto nº 1,110, de 09 de julho de 1970.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A principal missão do órgão se traduz em promover a democratização do acesso e do direito a terra de maneira justa e sistematizada, a médio e longo prazo, além de manter e gerir o cadastro nacional de imóveis rurais, administrar terras públicas, além de identificar e registrar, demarcar e titular terras destinadas a assentamentos e comunidades tradicionais quilombolas.

Contudo, para implementar a política agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, há que se considerar a necessidade de fortalecimento interno do próprio órgão, o que se dá a partir da valorização do servidor público e da recomposição da força de trabalho. Com isso, assegura-se a qualidade e a eficiência dos serviços no que se refere à Reforma Agrária, ao desenvolvimento agrário e gerenciamento da estrutura fundiária brasileira.

Isto posto, formulamos o presente Requerimento, esperando contar com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, de 2014.

ERIKA KOKAY
Deputada Federal – PT/DF